

## **Impactos da pandemia na vida das mulheres trabalhadoras: Um olhar da Psicologia aos sofrimentos éticos-políticos**

### **Impacts of the pandemic on the lives of working women: a look from Psychology to ethical-political sufferings**

**Maria Carolina Ferreira Tosta**

Graduanda de Psicologia - Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil  
carolpdrg98@gmail.com

**Carmem Lúcia Costa**

Docente da Universidade Federal de Catalão, Instituto de Geografia e Programa de Pós-Graduação em  
Geografia - Universidade Federal de Goiás, Catalão, GO, Brasil  
clgeo@gmail.com

#### **Resumo**

Objetiva-se a partir da análise de dados encontrados em uma Pesquisa de Iniciação Científica (IC) – a qual buscou a partir de dados obtidos em fontes secundárias como: IBGE, IPEIA, PNAD dentre outros, refletir e problematizar os efeitos da pandemia no mundo do trabalho em relação ao gênero feminino – fomentar um debate sobre como a perda de direitos, do desemprego, refletidos no aumento, ainda maior, da feminização da pobreza impacta a saúde física e mental das mulheres e como a Psicologia como ciência e profissão deve se haver com as questões econômicas, sociais e de gênero, compreendendo o sofrimento psíquico como sendo ético-político. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, no qual as análises proferidas se ancoram tanto na Psicologia Crítica, quanto na Psicologia Histórico-Cultural, sob a perspectiva do materialismo histórico dialético. Reconheceu-se que as desigualdades de gênero são históricas e interseccionadas com as discriminações de raça e classe, fazem com que as mulheres sejam as maiores penalizadas nos momentos de crise. Constatou-se que a própria Psicologia historicamente atuou na perpetuação de tais desigualdades, sendo imprescindível a reformulação e surgimento de novas perspectivas teóricas sociais críticas a fim de questionar os postulados tradicionais. Concluiu-se traçando alguns delineamentos possíveis para que a Psicologia, atue em prol da verdadeira emancipação humana, auxiliando na fomentação de políticas públicas preocupadas com gênero, raça e classe.

**Palavras-Chave:** Mulheres no Mercado de Trabalho; Pandemia; Desigualdades; Sofrimento Ético-Político.

#### **Abstract**

The objective is from the analysis of data found in a Scientific Initiation Research (CI) - which sought from data obtained from secondary sources such as: IBGE, IPEIA, PNAD, among others, to reflect and problematize the effects of the pandemic in the world of work in relation to the female gender – fostering a debate on how the loss of rights, unemployment, reflected in the even greater increase in the feminization of poverty, impacts the physical and mental health of women and how Psychology as a science and profession should be to do with economic, social and gender issues, understanding psychic suffering as being ethical-political. This is qualitative research, in which the analyzes given are anchored both in Critical Psychology and in Historical-Cultural Psychology, from the perspective of dialectical historical materialism. It was recognized that gender inequalities are historical and

intersected with race and class discrimination, making women the most penalized in times of crisis. It was found that Psychology itself historically acted in the perpetuation of such inequalities, being essential the reformulation and emergence of new critical social theoretical perspectives in order to question the traditional postulates. It

concluded by tracing some possible outlines for Psychology to act in favor of true human emancipation, helping to promote public policies concerned with gender, race and class.

**Keywords:** Women in the Labor Market; Pandemic; Inequalities; Ethical-Political Suffering.

## Introdução

Em momento anterior, a eclosão da pandemia mundial de Covid-19 em meados de 2020, a população brasileira já vivenciava momentos de retrocessos no cenário político. Um forte pensamento anacrônico, patriarcal, racista e misógino se instalou em maior grau, de forma ainda mais explícita, impactou de modo diferenciado a vida daqueles considerados minorias, por ocuparem lugares de vulnerabilidade, dentre estes se encontram os negros, pobres e, obviamente, as mulheres (Kyrillos & Simioni, 2022). Esta última categoria lutou e conquistou direitos importantes para sua existência e sobrevivência, como: o direito ao acesso à educação, ao voto, sua entrada no mercado de trabalho, assistência ginecológica, licença maternidade, dentre outros. Avanços legítimos advindos de lutas, principalmente, dos grupos feministas, os quais sempre estiveram à mercê de serem aniquilados (Machado, 2014).

Contudo, atualmente, mais do que nunca, estes estão ameaçados em consequência da crise econômica, social e sanitária provocada por um vírus letal, nunca visto antes neste século. Segundo Baracho (2021) a eclosão de uma pandemia imprevisível, muito se relaciona com a dinâmica de exploração desenfreada dos recursos naturais e também dos próprios seres humanos que sustentam o sistema econômico capitalista. Nas palavras da autora:

“A pandemia demonstrou a insustentabilidade da sociedade do capital, acirrando o cenário de crise do capital, a qual tem na degradação ambiental as suas raízes. Essa degradação socioambiental é resultado das relações sociais vigentes, mediadas pela via do mercado. Dito isto, defendemos que o vírus não é a crise, o sistema capitalista é a própria crise [...]” (Baracho, 2021, p. 502).

Em vista desta realidade, se fez necessário pensar como tais atravessamentos sociais – o adoecimento pelo vírus, as mortes, o desemprego, a miséria – que não estão deslocados um do outro e sim interligados na existência de diversas famílias chefiadas por mulheres, impactaram na saúde psíquica e física destas as quais no momento mais trágico da pandemia se viram desamparadas, desempregadas e destituídas de muitos de seus direitos.

Devido a tais prerrogativas, é que buscamos no conceito de sofrimento ético-político postulado por Sawaia (2001) demonstrar que o processo de desigualdade de gênero adocece as mulheres de maneiras variadas, sendo seu padecimento reflexo sobre ser mulher dentro deste tipo de sociedade.

Deste modo, procuramos compreender as informações a serem pensadas, sempre de maneira contextualizada e dentro de um marco de tempo histórico. Logo, em um primeiro momento demonstramos com dados quantitativos, obtidos da pesquisa que deu base para esta produção, como as configurações de trabalho na pandemia se tornaram instáveis para as mulheres.

Posteriormente, realizamos um debate sobre as características da ciência psicológica e como esta cooperou – e infelizmente, algumas práticas ainda continuam colaborando – na perpetuação das desigualdades, da misoginia e do sexismo. Tendo, portanto, como objetivo precípua fomentar um debate sobre como a perda de direitos, do desemprego, refletidos no aumento, ainda maior, da feminização da pobreza impacta a saúde física e mental das mulheres e como a Psicologia como ciência e profissão tem como dever atuar em prol da verdadeira emancipação humana, auxiliando assim, na fomentação de políticas públicas preocupadas com gênero, raça e classe, de forma interseccional.

## **Método**

Este trabalho foi desenvolvido partindo dos resultados encontrados em pesquisa realizada em projeto de iniciação científica pela Universidade Federal de Catalão (UFCat), no período de agosto de 2020 – primeiro ano pandêmico – a agosto de 2021. A qual procurou demonstrar o impacto da Covid-19 no mundo do trabalho das mulheres goianas, fazendo também um compilado com dados referentes ao Brasil como um todo. Concluiu-se que a pandemia afetou as mulheres de forma diferenciada, não democrática e fazendo uma análise interseccional, as negras e pobres foram as mais negativamente afetadas.

Tal estudo se deu por meio da obtenção de dados em fontes secundárias como: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e PNAD-COVID, Estudo Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil (2021), dentre outros. Os dados foram analisados a partir da perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético,

apreendendo as contradições e interseccionalidade dos fatores sociais com o contexto pandêmico.

Deste modo, partindo de tais análises e a fim de torná-las generalizáveis optamos por nesta produção utilizarmos os dados gerais, referente ao Brasil como um todo e não somente do território goiano. As discussões empreendidas se sustentam nos postulados e teorias de autores que discutem e defendem uma práxis psicológica crítica, social e politizada, como Silvia Lane (1933-2006) e Ignacio Martín-Baró (1942-1989). Outrossim, defendemos uma concepção de homem social e histórico, participe de uma sociedade contraditória e que se movimenta por meio da espiral dialética. Portanto, as análises proferidas se ancoram tanto na Psicologia Crítica, quanto na Psicologia Histórico-Cultural, sob a perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético.

### **Configurações do mercado de trabalho na pandemia: Instabilidades para as mulheres**

Como já mencionado, as informações retratadas fazem parte de uma pesquisa mais ampla, nesta foi possível evidenciar como as mulheres, por exercerem profissões relacionadas ao cuidado – devido há condições históricas que lhes fizeram serem delegadas tais funções – na atualidade ocupam cargos que confrontam o vírus biológico – enfermeiras, técnicas em enfermagem, etc. Assim, como também, formam grande parte da PEA (População Economicamente Ativa) de setores fortemente impactados pelas medidas de distanciamento e pela contenção de gastos da população, como os setores de serviço e comércio, autônomos/informais, docência, dentre outros.

Informações gerais do Brasil sobre o mundo do trabalho, já de antemão demonstram as diferenças entre os gêneros no exercício da venda de sua força de trabalho. Na taxa de participação (quantitativo de pessoas em idade para trabalhar que estão inseridas no mercado de trabalho ou a procura de emprego), as mulheres são minorias em relação aos homens, 54,5% versus 73,7%, respectivamente (Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2021). Outrossim, a desocupação (percentual de pessoas desocupadas, na semana de referência, em relação às pessoas na força de trabalho nessa semana) também é maior entre as mulheres, 16,4%, contra 11,9% da força de trabalho masculina (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2020a).

Tal realidade evidencia como as mulheres ainda são minoria na esfera pública. Tendo ainda, dificuldades de realizar suas inserções no mercado de trabalho, justamente por suas

atuações estarem restritas, grande parte das vezes, ao espaço privado, as atividades de “donas de casa”, assim, como também, zelarem por pessoas idosas e/ou deficientes e não menos importante, a maternidade. De acordo com o estudo Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil (2021, p. 03) “[...] a presença de crianças com até 3 anos de idade vivendo no domicílio é uma característica importante na determinação da ocupação das mulheres no mercado de trabalho”, de maneira que há um decaimento da inserção das mulheres devido a este motivo. Sendo que por um recorte de cor, a situação das mulheres negras/pardas é pior em relação as mulheres brancas na mesma situação, 50% e 62,6%, respectivamente.

Em contrapartida, até mesmo quando as mulheres rompem com as barreiras que as aprisionam em seus lares e adentram ao mercado público de trabalho sofrem com discriminações e estigmatizações. As quais se tornam explícitas na maneira como são tratadas pelos colegas e/ou chefes, até mesmo nos valores degradantes com que se remuneram sua força de trabalho, sendo quantias discrepantes em relação aos seus parceiros homens os quais exercem as mesmas funções. Em relação a este fato, Araujo (2021) afirma que as mulheres chegam a ganhar 34% menos que os homens mesmo ocupando os mesmos cargos, condição esta, faz com que se sobressalte entre elas os sentimentos de angústia, injustiça e desvalor.

Ademais, além das mulheres formarem grande parte da PEA de setores com remuneração menor, também são maioria em trabalhos precarizados, dentre estes o principal é o serviço doméstico. Com isto, podemos compreender o fato de que no Brasil a primeira pessoa a falecer devido a Covid-19, foi uma mulher hipertensa e diabética a qual exercia a função de empregada doméstica na casa de uma família de classe média alta (Lemos, 2020). Sendo esta, a primeira de tantos outros casos posteriores que evidenciariam como o vírus exterminaria a população mais vulnerável, que se não sair para vender sua mão de obra à custa da manutenção de sua saúde, pode vir a não ter como pagar as contas e até mesmo colocar comida na mesa para a família.

De acordo com Myrrha, Queiroz e Silva (2020, s/p), baseadas nos dados encontrados pelo IBGE, “92,4% dos empregados domésticos são mulheres e que provavelmente essa proporção se mantém entre os desempregados, podemos inferir que cerca de 680 mil trabalhadoras domésticas estão desempregadas no país”. Isto, sem levar em consideração aquelas trabalhadoras que exerciam sua profissão na informalidade – prática ainda muito comum na realidade brasileira.

Outrossim, por um recorte de cor 3,9 milhões das mulheres empregadas domésticas se autodeclararam negras (Pinheiro et al., 2019), perpetuando uma herança de função que dura a séculos e está intimamente relacionado ao racismo. Uma vez que, como bem aponta Davis (2016, s/p) “[...] as mulheres de minorias étnicas – especialmente as negras – têm sido remuneradas por tarefas domésticas há incontáveis décadas”.

Destarte, é preciso também se atentar aos serviços domésticos exercidos por elas de forma gratuita em seus próprios lares, sendo atividades desgastantes, repetitivas e invisíveis. Este tipo de trabalho não remunerado, também se sobressaltou com a pandemia, consumindo cerca de 50% a mais do tempo das mulheres (Sem parar, 2020). Dado que, devido ao patriarcado, as atividades do âmbito doméstico recaem, quase que exclusivamente, sobre os ombros das mulheres. Não é de se espantar, em vista desta realidade preocupante que se forma pela divisão desigual das tarefas domésticas, muitas meninas em idade escolar, na pandemia se dedicaram menos aos seus estudos para realizarem mais trabalhos domésticos (Betim, 2021), inclusive auxiliando as crianças menores em seus próprios deveres escolares.

Em referência ao trabalho dos docentes, dados da PNAD (IBGE, 2019) demonstram que no ensino infantil, fundamental e médio grande parcela da PEA é composto por mulheres. Pelo fato de a maioria das escolas no contexto pandêmico terem adotado um tipo de ensino remoto, estas professoras tiveram que se reinventarem e fazer de suas casas um paralelo com o ambiente escolar, grande parte das vezes tendo que conciliar o exercício de sua profissão em *home office*, com os cuidados de seu próprio lar e de seus filhos. Realidade esta que atinge, portanto, praticamente todas as mulheres da classe trabalhadora, independentemente de suas profissões.

Outrossim, além de terem que se virar com seus próprios meios e recursos disponíveis, para não paralisar totalmente as atividades pedagógicas, tal categoria também se viu ameaçada a perderem suas fontes de renda, devido as medidas de isolamento social. Foram diversos contratos rescindidos, tanto na rede pública, quanto privada que culminaram em demissões em massa, principalmente no início da pandemia, sendo a maioria dos trabalhadores mulheres (SINTEGO, 2020).

Em acordo, também os setores de serviço e comércio fecharam suas portas em diversos momentos, considerando o agravamento da pandemia, encerrando inúmeros contratos trabalhistas. Vale ressaltar, 72,2% da PEA que compõem tais setores são do sexo feminino (IBGE, 2019). Igualmente, nos trabalhos ditos informais que também foi fortemente impactado

pela pandemia, novamente as mulheres são a maioria dos trabalhadores – 43,3% do quantitativo, do qual 46,6 % são de negra/parda (IBGE, 2020b). Tal fato é reflexo das taxas de participação, que como demonstrado é menor entre as mulheres nos trabalhos formais. Em vista destes dados, é possível visualizar nestes setores, as mulheres foram as que mais perderam seus postos de trabalho e, conseqüentemente, suas fontes de sobrevivência.

Em vista das profissões relacionadas a área da saúde, de acordo com Hernandez e Vieira (2020), 85% dos/as enfermeiros/as, técnicos/as em enfermagem e auxiliar em enfermagem são mulheres; também, são a maioria dos agentes comunitários, com 77%, e só perdem para os médicos, com 47%. Devido a tais conjunturas, as mulheres foram as que mais foram contaminadas pelo vírus, apesar de terem em menor porcentagem falecido por conta da doença (Ministério da Saúde, 2021). Conclui-se que as mulheres também estão na linha de frente no combate ao Coronavírus, exercendo funções necessárias e essenciais, porém, ainda desvalorizadas, de menor prestígio e enfrentando perigos para sua saúde integral.

## **A ciência psicológica e a perpetuação das desigualdades**

Vários estudos sobre o papel da mulher foram realizados ao longo da história (Davis, 2016; Federici, 2017; Moreira, 2020), os quais tiveram como intuito discorrer sobre as raízes das desigualdades – sociais, econômicas, salariais – que assolam as mulheres e as estigmatizam como seres inferiores aos homens. Os resultados de tais trabalhos mostram que há muito tempo a sociedade possui uma visão hétero normativa e binária, pois sempre levou em consideração o órgão biológico reprodutor para diferenciar e determinar as condutas, atitudes e deveres a se ter durante a vida, perante a sociedade e, conseqüentemente, também, no mercado de trabalho.

Sendo assim, as atividades reportadas as mulheres ainda estão intimamente ligadas a maternidade e ao cuidado, sendo ainda precárias e desvalorizadas. Cabe ressaltar que, tais determinações de papéis sociais conforme ao gênero são históricas e foram diversas vezes credibilizados com o aval das mais diversas ciências, dentre estas a própria ciência psicológica (Prehn & Hüning, 2005; Moreira, 2020). Portanto, a Psicologia nasce e perdura por muito tempo em sua prática sendo cúmplice dos anseios da sociedade capitalista, machista e patriarcal.

De acordo com Saffioti (2000, p. 72) “[...] o pensamento científico, uma forma mais valorizada de conhecimento e de maior credibilidade, foi se impregnando de ‘achismo’”. Supondo-se, cientificamente, falsos pressupostos, como, por exemplo, a supremacia do

biológico/natural sobre o histórico-social e conseqüentemente do masculino em detrimento do feminino – lhes denotando características determinadas e modos de agir inerentes a personalidade. A Psicologia também contribuiu para a alocação da mulher no espaço privado e das desigualdades históricas de gênero (Prehn & Hüning, 2005; Moreira, 2020).

Logo, considerando a Psicologia e sua trajetória como ciência e, posteriormente, como profissão, nota-se que historicamente alicerçada em teorias individualizantes, abstratas, que compreendem o sujeito como sendo a-histórico, reprodutor de comportamentos e receptáculos de “sintomas” psíquicos disfuncionais, os quais simplesmente emergem no sujeito deslocados das condições materiais de vida. Difundiu-se teorias e práticas, em favor das ideologias dominantes e preocupou-se em manter o *status quo* de soberania masculina.

Em vista de que todo e qualquer conhecimento científico, é postulado em uma determinada sociedade carregada de crenças, valores, ideologias e contradições de sua época. cremos que as formulações dos ideários científicos não são neutros, imparciais ou apolíticos, mas sim sempre advoga em prol de um tipo de pensamento, sendo este o dominante ou não. Silvia Lane foi uma grande cientista social brasileira, que muito criticou as teorias e práticas clássicas da Psicologia e defendeu a compreensão do homem social e em movimento, propôs uma práxis psicológica social, humanizada e politizada. Para ela “[...] pesquisador e pesquisado se definem por relações que tanto podem ser reprodutoras como podem ser transformadoras das condições sociais que ambos se inserem; desta forma, conscientes ou não, sempre a pesquisa implica intervenção, ação de uns sobre os outros” (Lane, 1984, p. 18). Igualmente, portanto, é a prática do profissional de Psicologia, que está inserido em uma sociedade coberta por contradições que causam sofrimentos e por fim adoecem.

## **A necessidade de uma psicologia implicada com as questões econômicas, sociais e de gênero**

A Organização Mundial da Saúde (1946, s/p) define o conceito de saúde como sendo “[...] um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade”, e complementa afirmando que “Gozar do melhor estado de saúde que é possível atingir constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem distinção de raça, de religião, de credo político, de condição econômica ou social”.



Logo, estar saudável significa sobreviver possuindo condições materiais para se humanizar plenamente, tendo acesso aos recursos sanitários, culturais, instrumentais de forma igualitária e equânime. Mas eis um grande questionamento, considerando os achados já postulados, é possível a efetivação prática de tais premissas quando se vive em uma sociedade regida pelo sistema econômico capitalista e neoliberal, que se firma e sustenta-se em ideologias misóginas, racistas, colonialistas e patriarcais? Já prontamente respondendo a tal indagação, a resposta é não!

Se anteriormente ao contexto pandêmico, na realidade brasileira gozar de uma boa saúde de maneira integral e democrática, era deveras impossível – principalmente considerando a população mais vulnerável. Em vista do sucateamento de anos do Sistema Único de Saúde (SUS), as mais diversas desigualdades, condições insalubres de vida da população, as quais grande parte ainda vive sem saneamento básico, dentro outros demais aspectos.

Com a eclosão, conjuntamente com a rápida expansão da Covid-19, que mais ligeiro ainda deixou um quantitativo alarmante de infectados e mortos, sendo a grande maioria pessoas negras e pobres (Gragnane, 2020). Assim, como aumentou drasticamente o número de pessoas desempregadas, prestes a adentrar na zona de extrema pobreza. Se torna explícito o adoecimento da sociedade brasileira em geral, que não dispõe de plena saúde nem física e muito menos mental.

No entanto, tais enfermidades, do mesmo modo que o adoecimento pelo vírus, não são democráticas, sendo moléstias sociais que atingem principalmente os grupos, os quais Santos (2020, s/p) afirma serem os componentes do Sul, que na enunciação do autor “[...] não designa um espaço geográfico. Designa um espaço-tempo político, social e cultural. É a metáfora do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual”. Por conseguinte, ainda de acordo com o mesmo autor, dentre alguns destes coletivos que compõem esta dimensão do Sul, estão as mulheres, os trabalhadores precários, informais e de rua, os moradores periféricos, dentre outros. Que sofreram e continuam a experienciarem demasiadamente mais os impactos negativos da pandemia.

Percebe-se, assim, que há uma interseccionalidade entre as características dos grupos expostos por Santos (2020), com o retrato das mulheres no mercado de trabalho explicitado pelos dados da pesquisa que nos norteou. A vista disto, além da condição de serem mulheres, elas também se encontram nos trabalhos precarizados e informais, havendo uma dupla exclusão

fazendo-as serem mais vulneráveis a realidade posta. A exclusão é estrutural e necessária para se manter a soberania masculina e a ordem social vigente, que se ancora nas desigualdades (Sawaia, 2001).

Dissemelhanças que fazem com que homens e mulheres, pretos e brancos, ricos e pobres, sejam expostos de maneira diferente aos efeitos primários e/ou secundários da atual crise (Pimenta et al., 2021). De forma que, também adoecem de maneira distinta, pois como pontua Silva e Vieira (2020, p. 3) “os excluídos encontram enormes obstáculos em desenvolver seu potencial humano por causa da pobreza e das demais condições restritivas”.

De maneira que se torna imprescindível a discussão da categoria científica gênero, dentro da ciência psicológica, pois:

“[...] o debate sobre as relações de gênero questiona a ordem estabelecida, os lugares de poder e os exercícios de dominação. Os estudos de gênero, ao assinalarem que os sentidos atribuídos às diferenças são construções históricas, afirmam que tais sentidos não são imutáveis e que, ao contrário, as posições sociais de homens e mulheres podem ser transformadas. A anatomia não é o destino, e a história é feita cotidianamente por sujeitos concretos que se afetam mutuamente e que têm potência de inventividade (Moreira, 2020, p. 278).”

Defende-se igualmente, uma prática psicológica ancorada em teorias que promovam discussões interseccionais. Já que as vivências de uma mulher, negra e pobre, se distancia da realidade, tanto das mulheres brancas da mesma classe, quanto daquelas de pele clara e classe mais favorecida. Os dados demonstrados em tópico anterior vão de encontro com os achados de pesquisa realizada por Olinto e Olinto (2000), na qual as pesquisadoras apontam igualmente como o “grau de escurecimento” da pele delinea e influencia negativamente as condições sociais, econômicas e de escolaridade das mulheres. Realidade infame de uma sociedade brasileira estruturada pelo racismo e misoginia. Nas palavras das autoras “A compreensão da exclusão social, não pode ser limitada por generalizações que trabalhem apenas com categorias regionais ou de gênero que silenciam as diferenças na diferença. Somente um olhar que perceba as imbricadas clivagens que permeiam estes espaços pode construir respostas pertinentes” (Olinto & Olinto, 2000, p. 1141).

Logo, a vivência da pobreza, da negritude, do desemprego, da miséria, da fome, do ser mulher, excluídos da investigação subjetiva particular e singular, mas, que se ancora no universal, máscara e destitui o caráter ético-político dos sofrimentos psicológicos. Sendo o conceito de sofrimento ético-político, cunhado por Sawaia (2001, p. 99) para demonstrar que “[...] é o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente”.

É ético, pois envolve as dicotomias históricas do que é denotado como a normativa ou não – o *éthos* que orienta a vida em sociedade – e também político por ser experienciado por uma coletividade em um determinado tempo histórico, que por ser assim, é passível de sofrer alteração a partir de transformações na realidade (Moreira, 2020; Sawaia, 2001), somente poderão ocorrer por meio do próprio trabalho humano – através da dialética objetivação-subjetivação – buscando ter consciência das contradições sociais e da alienação provocada por elas. Alienação em específico sobre as mulheres, que subvertem seus corpos a injustiças sociais, exclusão, precarização, enfim, violências múltiplas de gênero que as acometem, simplesmente pelo fato de serem mulheres (Moreira, 2020). Sendo assim, para Sawaia (2001, p. 104):

[...] o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social.

Para Machado, Facci e Barroco (2011) referindo-se à *Teoria das emoções* de Vygotsky, os afetos tem relação intrínseca com a cognição e são fenômenos psicológicos desencadeadores ativos de ações, podendo assim, a depender do contexto de vida serem potencializadores ou despotencializadores dos corpos. Retomando a Sawaia (2001), ela aponta como as desigualdades despotencializam as ações daqueles excluídos, fazendo permanecer em constante processo de subalternização e opressão.

Com isto, compreende-se o motivo pelo qual Davis (2016), em seu célebre texto intitulado “A obsolescência das tarefas domésticas se aproxima: uma perspectiva da classe trabalhadora”, ao tecer críticas ao movimento feminista que reivindicava a remuneração das donas de casa pelo Estado, argumenta como os serviços domésticos podem se tornar

adoecedores e invadirem “[...] a personalidade da dona de casa tão profundamente que não é possível distingui-la de seu trabalho” (Davis, 2016 s/p).

Logo, nem mesmo a remuneração alteraria as condições quase que escravocrata deste tipo de serviço, inacabável, repetitivo e não humanizador das mulheres, pois as reclusas no ambiente dos lares, sejam de seus próprios ou de terceiros tendo, contudo, a mesma configuração excludente e extensão de suas próprias vidas.

Igualmente, no filme *Que horas ela volta?* (2015), que retrata a vida de uma mulher negra, nordestina, empregada doméstica na casa de pessoas mais abastadas, nota-se o que Davis (2016) aponta como sendo a relação intrínseca e inseparável formada entre a constituição psíquica das domésticas e seus afazeres. Contribuindo para a perpetuação de ideologias que alocam as mulheres – principalmente negras e pobres – neste tipo de emprego. Que em tempos de crise como a provocada pela Covid-19, algumas são dispensadas, em algumas situações não tendo nem seus direitos trabalhistas garantidos – pois grande parte atua na informalidade – e aquelas que os patrões não abrem mão de seus serviços se colocam em risco, assim como a vida de seus familiares para continuarem a exercerem suas profissões.

Dessa maneira, as práticas psicológicas além de oferecerem atendimento e suporte a estas mulheres e suas famílias, devem atuar para que estes sujeitos compreendam a situação histórica de sua classe, raça e gênero. A fim de conscientizarem de que estão imersos em um sistema opressor o qual pode ser transformado a partir de uma práxis que fortaleça a organização da coletividade, a reflexão crítica, para favorecer uma verdadeira igualdade concreta entre todos e a emancipação humana (Lacerda Júnior, 2016; Paulino-Pereira, 2012).

Torna-se evidente, que partindo de uma perspectiva sócio-histórica, não é possível se livrar das desigualdades e opressões de maneira solitária e isolada. As mulheres sendo um coletivo, necessitam se libertarem das amarras do patriarcado, do machismo, da misoginia e também do racismo. Porém, para isto ocorrer, precisam ser instrumentalizadas e estimuladas a lutarem por seus direitos os quais precisam ser consolidados efetivamente, por meio de leis que funcionem na realidade concreta. Buscando uma verdadeira transformação na sociedade, a qual se posicione para não somente “apaziguar” as desigualdades, mas sim humanizar os sujeitos plenamente. A vista disso, citando Lane (1984, p. 17):

“Caberia ainda, na especificidade psicossocial, uma análise das *relações grupais* enquanto mediadas pelas *instituições sociais* e como tal exercendo uma mediação ideológica na atribuição de papéis sociais e representações decorrentes de atividades e relações sociais tidas como ‘adequadas, corretas, esperadas’, etc.”

De modo que, ao analisar psicologicamente estas mulheres se reflita sobre suas vivências como mulheres em uma sociedade a qual as discriminam, menosprezam e violentam inclusive em suas carreiras profissionais. Violência compreendida como sendo estrutural, pois, conforme Martins e Lacerda Júnior (2014, p. 577) ancorados nos estudos de Martín-Baró sobre a temática “[...] a violência estrutural é, precisamente, a configuração de uma ordem social em que uma minoria comanda uma maioria por meio de um estado de violência dominadora”.

É nítido assim, que um aumento ainda maior da feminização da pobreza (Costa, 2021) devido a pandemia, acarretará inúmeras interferências na saúde integral dessas mulheres, que no pior momento da crise sanitária e econômica viram seus direitos conquistados a duras penas serem desmantelados, e ao final ainda, perderem suas mínimas fontes de renda, aumentando suas condições de vulnerabilidade e adoecimento devido ao medo do vírus – por estarem mais expostas a este – assim como serem vítimas ainda mais de violências domésticas, por terem que retornarem para a esfera privada, passando a maior parte do tempo isoladas conjuntamente com seus agressores (Pimenta et al., 2021; Santos, 2020). Não menos importante, padecem pelo medo da morte, do desemprego, pela fome e pela sobrecarga tanto física quanto mental.

Destarte, sendo as desigualdades, também um sustentáculo para o sistema econômico vigente, o desemprego destas mulheres na realidade brasileira tenderá sobressaltar as mazelas sociais, como: a mendicância, analfabetização, desnutrição, inserção no mundo das drogas e do tráfico, o que significa um aumento, também, das mais diversas violências psicossociais (Martins & Lacerda Júnior, 2014). Mais da metade dos lares brasileiros possuem como chefe de família alguma mulher (Phelipe & Barbosa, 2020). São elas as maiores provedoras da renda de suas casas, de modo que quando perderam suas rendas, seus dependentes também foram afetados. Em vista disto, é que uma Psicologia posicionada em prol da transformação social deverá considerar em suas análises as contradições e as movimentações do processo social, visando uma práxis revolucionária, pois como preconizado por Gonçalves (2013, s/p):

“[...] Explicitando um posicionamento, dizemos que não se trata apenas de garantir sobrevivência e reprodução à força de trabalho; também não se trata apenas de assistir os menos favorecidos ou os excluídos do processo social. Trata-se de criar o espaço social necessário para o desenvolvimento de todos os indivíduos, para o acesso de todos à riqueza, material e cultural, existente em cada período histórico.”

Outrossim, é precípuo que a ciência psicológica, a qual é formada pela teorização e prática de seus profissionais, comece a refletir e problematizar sobre os possíveis “transtornos” que tenderão a “surgir” e acometer as chefes de família – e também seus dependentes – pois perderam seus empregos e as mínimas condições para sobreviverem. Em razão de serem vistos de maneira fragmentada e desconectadas com a realidade concreta, poderão ser apenas patologizados, sem que se pense na exclusão, miséria, violência estruturalizada como fenômenos que transpassam a saúde integral destes sujeitos.

Como bem afirma Martín-Baró (1984/2017, p. 252) “[...] antes de pensar nas angústias, nos delírios ou no escapismo compulsivo, qualquer comunidade humana deve pensar na sobrevivência de seus membros”. Não redundando-se ao simplismo de biologizar questão sociais e por fim medicalizar a vida humana. Sem antes se atentar que para se ter uma boa constituição psíquica, com plena saúde é, primeiramente, necessário se ter condições materiais de vida. Em outras palavras, no mínimo dispor de um teto para se abrigar, comida para se alimentar, vestuário para se cobrir, dentre outras coisas essenciais para a manutenção de uma sobrevivência com dignidade.

É justamente por isso que se faz essencial “[...] avaliar os transtornos numa perspectiva do momento histórico existencial e a necessidade de pensar a sociedade em que estamos inseridos, vislumbrando novas intervenções, para além da técnica, sem se perder delas, configurando novas formas de pensar a saúde/doença no contemporâneo” (Chaves & Nascimento, 2020, p. 126).

## Considerações finais

Apontando este panorama, os dados demonstrados confirmam e reafirmam as ideologias de nossa sociedade fundamentada no conservadorismo, sexismo, machismo e racismo. Segundo Ribeiro (2018, p. 32) “analisar representações de corpo é se debruçar sobre um objeto que

também é construído socialmente e que se desenvolve de formas diversas em diferentes culturas e grupos”. Sendo assim, os corpos das mulheres foram se modificando e ocupando novos lugares devido a muitas lutas feministas.

Com a conquista do direito a educação, as mulheres puderam ocupar as universidades e os campos de trabalhos, mas, mesmo assim, ao analisarmos estes locais percebemos que eles têm a ver – grande parte das vezes – com o que já foi estipulado por conta dos “atributos ditos femininos”. A elas foi designado continuar, mesmo dentro do mercado de trabalho, a exercerem suas características “naturais”, as quais seriam o cuidado, dando-lhes assim, por exemplo, acesso aos cursos de enfermagem categoria a qual, hoje, bate de frente contra a Covid-19, mas muito raramente as encontramos no papel de médicas. Pois a medicina, por ser considerada uma profissão de maior prestígio, foi designada historicamente aos homens e tal contradição precisa ser questionada, inclusive pela Psicologia.

Ademais, sendo a pandemia um atravessamento social, assim como o desemprego, e estando estes em esferas interligadas, constatou-se que na pandemia tais fatores estão gerando problematizações ainda maiores na saúde global das mulheres e de seus familiares dependentes.

Em razão de serem as chefes de família que mais perderam suas fontes de renda. Devido a estes diversos aspectos ancorados nas desigualdades de classe, raça e gênero, é que se propôs evidenciar a importância de se ter uma ciência psicológica implicada com as questões econômicas, sociais e de gênero. Em que suas teorias e práticas não aprisionem ainda mais as mulheres e as deixem à mercê da pobreza, violência e da precariedade trabalhista e de vida.

Por conseguinte, a Psicologia para ser capaz de se tornar uma verdadeira psicologia social deve se alforriar dos esquemas patriarcais de pensamento e buscar teorias revolucionárias para que estas se tornem ferramentas de luta contra todo tipo de discriminação e violência, perdurados por vivermos retroalimentando as desigualdades sociais por meio de ideologias arcaicas e machistas. Partindo destas colocações, cabe, portanto, a realização de algumas indagações finais com intuito de provocação e reflexão.

Seria justo a Psicologia baseada em paradigmas medicalizantes e desvinculados com a realidade passar a diagnosticar as mulheres e seus dependentes com transtornos listados em manuais de diagnósticos que se dizem a-teóricos? Seriam elas históricas, bipolares e/ou como dito no senso comum “loucas”, por escandalizarem a precariedade em que vivem? Ou ainda, depressivas e apáticas, quando já não mais tem forças para irem à procura de emprego? Os

filhos dessas trabalhadoras excluídas poderão ser rotulados com atestados de deficiências intelectuais e/ou qualquer outra patologia ligada aos transtornos do neurodesenvolvimento, principalmente aqueles devido a dificuldades no processo de aprendizagem? Contudo, como não apresentar tais déficits, se ficaram praticamente dois anos fora da escola, sem ambiente e condições adequadas para estudar? Como não se apresentar uma personalidade depressiva, agressiva e até esquizofrênica, delirante, quando não se tem comida na mesa?

Em razão de se ter emprego ou a ameaça é constante de perdê-lo, as mulheres ficam exaustas e em seus psiquismos e corpos se pode notar os reflexos quando se queixam de dores e, até mesmo, quando defendem um sistema que as oprime. Posto isso, ao não se ter trabalho, categoria fundante do homem humanizado (Martins, 2020), que no capitalismo se transforma em atividade remunerada, sendo mais correto afirmar que ao não se ter condições materiais de garantir renda por meio da venda da força de trabalho, as vezes a única solução é se “enlouquecer, deprimir-se, bipolarizar-se”, etc. Uma vez que, como bem escreve Sawaia (2001, p. 104) “[...] o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade”.

## Referências

- Araujo, A. L. (2021, 24 maio). Desigualdade salarial entre gêneros ainda é um problema no Brasil. *Correio Braziliense*. Recuperado de <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2021/05/4926384-desigualdade-salarial-entre-generos-ainda-e-um-problema-no-brasil.html>
- Baracho, G. A. L. (2021). Questão ambiental e pandemia: A destrutividade do sistema do capital na ordem do dia. *R. Katálysis*, 24(3), 501-510. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79642>
- Betim, F. (2021, 13 abril). “Não estudo nada há um ano. Fico em casa limpando e cozinhando”. *El País*, São Paulo. Recuperado de [https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-04-13/nao-estudo-nada-ha-um-ano-fico-em-casa-limpando-e-cozinhando.html?ssm=FB\\_BR\\_CM&utm\\_source=Facebook#Echobox=1618331626](https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-04-13/nao-estudo-nada-ha-um-ano-fico-em-casa-limpando-e-cozinhando.html?ssm=FB_BR_CM&utm_source=Facebook#Echobox=1618331626)
- Chaves, F. S., & Nascimento, C. L. (2020). Psicopatologia e desmedicalização da existência: Possibilidades fenomenológicas para a compreensão da saúde na contemporaneidade. *Perspectivas em Psicologia*, 24(2), 104-128. <https://doi.org/10.14393/PPv24n2a2020-58341>
- Costa, C. L. (2021). Feminismos, pandemia e trabalho: Reflexões sobre o cotidiano de mulheres no Brasil em tempos de Covid-19. *Revista da ANPEGE*, 17(32), 309-324. Recuperado de <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12476/pdf>
- Davis, Á. (2016). *Mulheres, raça e classe* (1. ed.). Boitempo.
- Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. (2021). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, 2(38), 1-12.



- Federici, S. (2017). *Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Elefante.
- Gonçalves, M. G. M. (2013). *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. Cortez.
- Graghane, J. (2020, 25 maio). Porque o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo. *G1 Globo*. Recuperado de <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/12/por-que-o-coronavirus-mata-mais-as-pessoas-negras-e-pobres-no-brasil-e-no-mundo.ghtml>
- Hernandes, E. S. C., & Vieira, L. (2020, 17 abril). A guerra tem rosto de mulher: trabalhadoras da saúde no enfrentamento à Covid-19. *ANESP*. Recuperado de <http://anesp.org.br/todas-as-noticias/2020/4/16/a-guerra-tem-rosto-de-mulher-trabalhadoras-da-sade-no-enfrentamento-covid-19>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2019). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Divulgação Especial Mulheres no Mercado de Trabalho*. Rio de Janeiro. Recuperado de [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Estudos\\_especiais/Mulheres\\_no\\_Mercado\\_de\\_Trabalho\\_2018.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Estudos_especiais/Mulheres_no_Mercado_de_Trabalho_2018.pdf)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2020). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua. *Tabela 4093: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, e respectivas taxas e níveis, por sexo*. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4093>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2020). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD COVID19*. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101778.pdf>
- Kyrillos, G. M., & Simioni, F. (2022). Raça, gênero e direitos humanos na política externa brasileira no governo bolsonaro (2019-2021). *Revista Direito e Práxis*, 13(3), 1874-1896. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/68535>
- Lacerda Júnior, F. (2016). Insurgência, psicologia política e emancipação humana. In D. U. Hur, & F. Lacerda Júnior (Ed.), *Psicologia política crítica: insurgências na América Latina* (pp. 49-63). Alínea.
- Lane, S. T. M. (1984). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In S. T. M. Lane, & W. Codo. (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 10-19). Brasiliense.
- Lemos, V. (2020, 20 março). Ministério Público do Trabalho analisa morte de doméstica no RJ após patroa ter coronavírus. *BBC News Brasil*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51982465>
- Machado, L. V., Facci, M. G. D., & Barroco, S. M. S. (2011). Teoria das emoções em Vigotski. *Psicologia em Estudo*, 16(4), 647-657. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pe/a/cvL9hMXKctvZpzF3nLFdyYw/abstract/?lang=pt>
- Machado, L. Z. (2014). Interfaces e deslocamentos: Feminismos, direitos, sexualidades antropologia. *Cadernos Pagu*, 42, 13-46. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420013>
- Martín-Baró, I. (2017). Guerra e saúde mental. In I. Martín-Baró (Org.), *Crítica e libertação na psicologia* (pp. 251-270). Vozes. (Originalmente publicado em 1984)
- Martins, K. O., & Lacerda Júnior, F. (2014). A Contribuição de Martín-baró para o estudo da violência: Uma apresentação. *Psicologia política*, 14(31), 569-589. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2014000300010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300010)

- Martins, L. M. (2020). O que é a psicologia concreta: Contribuições de Lev. S. Vigotski. *Interação em psicologia*, 24(3). Recuperado de <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/72809>
- Ministério da Saúde. (2021). *Covid-19 no Brasil*. Recuperado de [https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html)
- Moreira, M. I. C. (2020). As relações de gênero: naturalização da desigualdade e medo das diferenças. In E. C. S. Oliveira, M. R. Mesquita, & T. M. C. Souza (Orgs.), *Feminismos, psicologia e resistências contemporâneas* (pp. 272-291). EDUFAL.
- Myrrha, L. J. D., Queiroz, S. N., & Silva, P. S. (2020, 8 junho). Impacto da Covid-19 no (des)emprego doméstico, o que já podemos ver? *DEMOGRAFIA/UFRN*. Recuperado de <https://demografiaufrn.net/2020/06/08/covid19-des-emprego-domestico/>
- Olinto, M. T. A., & Olinto, B. A. (2000). Raça e desigualdade entre as mulheres: Um exemplo no sul do Brasil. *Caderno Saúde Pública*, 16(4), 1137-1142. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2000000400033>
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (1946). *Direitos Humanos USP*. Recuperado de <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>
- Paulino-Pereira, F. C. (2012). Psicologia Crítica: Integração entre teoria e prática na comunidade. In J. C. Chaves (Org.), *Psicologia social e políticas públicas: Contribuições e controvérsias* (pp. 51-61). PUC-GOÍÁS.
- Phelipe, A., & Barbosa, M. (2020, 16 fevereiro). Mulheres são responsáveis pela renda familiar em quase metade das casas. *Correio Braziliense*. Recuperado de [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas\\_economia,828387/mulheres-sao-responsaveis-pela-renda-familiar-em-quase-metade-das-casa.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas_economia,828387/mulheres-sao-responsaveis-pela-renda-familiar-em-quase-metade-das-casa.shtml)
- Pimenta, D. N., Wenham, C., RoM. C., Schall, B., Bonan, C., Mendes, C. H. F., Nascimento, M., Lotta, G., Tamaki, E. R., & Porto, P. (2021). Leituras de Gênero sobre a Covid-19 no Brasil. In G. C. Matta, S. Rego, E. P. Souto, & J. Segata (Orgs), *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia* (pp. 159-170). Fiocruz.
- Pinheiro, L., Lira, F., Rezende, M., & Fontoura, N. (2019). *Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: Reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da Pnad contínua*. IPEA.
- Prehn, D. R., & Hüning, S. M. (2005). O movimento feminista e a psicologia. *Psicologia Argumento*, 23(42), 65-71. Recuperado de <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20101>
- Que horas ela volta? (2015). A. Muylaert. Brasil: *Globo filmes*, 2015. 1 vídeo (1 h. 48 min. 02 segs.). Recuperado de [https://www.youtube.com/watch?v=xJ40jj\\_uDqk](https://www.youtube.com/watch?v=xJ40jj_uDqk)
- Ribeiro, I. B. (2018). *Alice através do espelho: Representações sociais e corpo entre adolescentes* [Dissertação de Mestrado em Psicologia], Universidade Federal de Pernambuco. Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/30768>
- Saffioti, H. I. B. (2000) Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? *Crítica Marxista*, (11), 71-75. Recuperado de [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie29Dossie%202.pdf#:~:text=Quem%20tem%20medo%20dos%20esquemas%20patriarcais%20de%20pensamento%3F&text=%20Professora%20de%20Sociologia%20do%20Programa,Ci%C3%A7%C3%A3o%20Sociais%20da%20PUC%20DSP.&text=Evidentemente%20este%20fen%C3%B4meno%20](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie29Dossie%202.pdf#:~:text=Quem%20tem%20medo%20dos%20esquemas%20patriarcais%20de%20pensamento%3F&text=%20Professora%20de%20Sociologia%20do%20Programa,Ci%C3%A7%C3%A3o%20Sociais%20da%20PUC%20DSP.&text=Evidentemente%20este%20fen%C3%B4meno%20)

O contaminação do pensamento científico. O fato que todas estas evidências de que os cachismos Santos, B. S. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. Edições Almedina.

Sawaia, B. B. (2001). *As artimanhas da exclusão análise psicossocial e ética da desigualdade social* (2. ed.). Vozes.

Sem parar. (2020). O trabalho e a vida das mulheres na pandemia. *Gn, Sof.*, 1-52. Recuperado de

[http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wpcontent/uploads/2020/08/Relatorio\\_Pesquisa\\_SemParar.pdf](http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wpcontent/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf)

Silva, M. N., & Vieira, E. D. (2020). Clínica psicológica e sofrimentos sociais. *Perspectivas em Psicologia*, 24(1), 1-19. <https://doi.org/10.14393/PPv24n1a2020-50948>

SINTEGO. (2020). Nota de Repúdio – Demissão em massa de professores/as do SESC Cidadania. Sintego. Recuperado de <http://sintego.org.br/noticia/6032-nota-de-repudio-demissao-em-massa-de-professores>